



*Trata-se da consolidação dos levantamentos jurídicos pela equipe do Departamento Jurídico no âmbito do Observatório Jurídico do Agro Paulista (OJA/FAESP). O objetivo é apresentar, de forma sintética e padronizada, os principais destaques na jurisprudência dos Tribunais relevantes para o setor.*

## JURISPRUDÊNCIA


### 1. Cota de aprendizes: Empresa de segurança deve incluir todos os cargos na base de cálculo mesmo havendo cláusula em convenção coletiva prevendo o contrário


 A empresa havia sustentado que a CCT da categoria excluía as funções de vigilante do cálculo, alegando exigências legais da profissão (idade mínima de 21 anos e porte de arma). Contudo, a Segunda Turma do TST manteve, por unanimidade, a obrigação de cumprimento da cota legal de aprendizes considerando também os postos de vigilante na base de cálculo, condenando ainda a companhia ao pagamento de R\$ 50 mil por danos morais coletivos.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a necessidade de atenção nas negociações coletivas, pois em se tratando de cota de aprendizagem, a jurisprudência do TST vem consolidando que a norma coletiva não pode restringir as funções que integrarão a base de cálculo da cota, considerando inválidas cláusulas que preveem em sentido contrário.

 <https://www.tst.jus.br/-/empresa-de-seguranca-deve-incluir-todos-os-cargos-no-calculo-de-cota-de-aprendiz-2>

### 2. Equidade de gênero em cargos gerenciais: Empregador é condenado a cumprir metas de promoção de mulheres


 A medida foi tomada a partir da constatação de que todos os postos gerenciais eram ocupados por homens, sem que houvesse um critério objetivo para seu preenchimento. Ao manter a condenação, a 3ª Turma do TST entendeu que em casos de discriminação, a prova dos motivos do empregador raramente está ao alcance da parte discriminada. Por essa razão, é importante a demonstração objetiva dos critérios utilizados para promoções. Na falta disso, permanece a conclusão de que houve prática discriminatória indireta, incompatível com as normas de proteção à igualdade entre homens e mulheres.


 **RELEVÂNCIA:** Decisão de impacto crescente para empregadores. Estruturas gerenciais predominantemente masculinas, sem critérios objetivos documentados para promoção, estão sujeitas a questionamento pelo MPT. O TST vem adotando o ônus da prova inverso: cabe à empresa demonstrar os critérios utilizados para justificar a composição. Recomenda-

se revisar e documentar políticas de promoção interna e formalizar processos seletivos com critérios objetivos, especialmente para cargos de liderança.

<https://www.tst.jus.br/-/industria-tera-de-promover-igualdade-entre-homens-e-mulheres-em-seu-quadro-gerencial>


### 3. Justa causa: dispensa por conduta na vida privada durante afastamento previdenciário é inválida


 A 1ª Turma do TST manteve a decisão, que obrigou o empregador a reintegrar e restabelecer plano de saúde, anulando a justa causa aplicada a empregado que causou acidente fatal enquanto estava em auxílio-doença.

 **RELEVÂNCIA:** Reforça que a justa causa fundada em conduta extralaboral exige, cumulativamente: (a) nexos efetivos com o contrato de trabalho ou com a imagem do empregador; (b) condenação criminal transitada em julgado quando o fato configurar crime; e (c) prova concreta do dano à imagem. Afastamento previdenciário vigente no momento da dispensa é fator que compromete adicionalmente sua validade. Empregadores devem avaliar com cautela dispensas motivadas por condutas ocorridas fora do ambiente e do horário de trabalho.

<https://www.tst.jus.br/-/dispensa-de-bancario-que-causou-acidente-fatal-na-esfera-privada-e-anulada>

### 4. Discriminação por condição de familiar: Empregada é dispensada após entregar laudo de filho autista

 Uma trabalhadora foi dispensada dias depois de apresentar laudo que diagnosticava seu filho com autismo. O representante da empresa confessou, em audiência, que a trabalhadora foi dispensada porque 'estava atrapalhando a equipe' e que suas ausências para consultas médicas, devidamente comunicadas e compensadas por banco de horas, sobrecarregavam colegas. A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a dispensa como discriminatória, mas manteve o valor da indenização fixada.

 **RELEVÂNCIA:** Ainda que o empregador detenha o direito potestativo de rescindir o contrato de trabalho sem justa causa, a manifestação de motivos relacionados às ausências necessárias para acompanhamento de filho com deficiência pode caracterizar prática discriminatória, ensejando condenação por danos morais. Recomenda-se que empresas adotem critérios objetivos para as decisões de desligamento, promovam treinamento de

gestores e lideranças para evitar manifestações discriminatórias e mantenham registros que demonstrem a existência de fundamentos legítimos.

<https://www.tst.jus.br/-/mantida-indenizacao-a-trabalhadora-dispensada-apos-apresentar-laudo-de-filho-autista>

### 5. Negociação coletiva: Cláusula que equiparava repouso dominical de homens e mulheres é nula

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do TST manteve, por unanimidade, a anulação de cláusula da Convenção Coletiva de que previa, sem distinção de sexo, folga aos domingos pelo menos uma vez a cada três semanas para todos os trabalhadores. O colegiado entendeu que a norma violou o art. 386 da CLT, que assegura às trabalhadoras repouso dominical pelo menos uma vez a cada 15 dias. O acórdão destacou expressamente que esse direito integra o núcleo de direitos absolutamente indisponíveis (art. 611-B, incisos IX e XV, da CLT) e que o Tema 1.046 do STF não se aplica para afastá-lo.

♦ **RELEVÂNCIA:** O TST tem mantido o entendimento que a negociação coletiva não pode afastar direitos considerados indisponíveis pela ordem jurídica, e a proteção ao trabalho da mulher faz parte desse núcleo de direitos que não pode ser reduzida por acordo entre sindicatos.


<https://www.tst.jus.br/-/tst-mantem-anulacao-de-clausula-que-reduzia-folgas-aos-domingos-para-mulheres>

### 6. Estabilidade gestacional: obtenção de novo emprego não afasta direito à indenização substitutiva


A Quarta Turma do TST condenou empregador ao pagamento de indenização substitutiva relativa ao período de estabilidade gestacional de empregada dispensada, mesmo após ela ter obtido novo emprego antes mesmo de descobrir a gravidez. O colegiado, concluiu que a garantia prevista no art. 10, II, 'b', do ADCT exige apenas que a gravidez seja anterior à dispensa, sendo inviável criar requisitos não previstos na Constituição, como permanência em desemprego ou pedido formal de reintegração. A indenização cobre o período da dispensa até o quinto mês após o parto.


♦ **RELEVÂNCIA:** A decisão consolida entendimento que amplia o passivo trabalhista para os empregadores, inclusive em demandas ajuizadas em até 2 anos após a dispensa. O TST reafirmou que: (i) a gravidez anterior à dispensa, ainda que desconhecida pelo empregador e pela própria empregada, é suficiente para assegurar a estabilidade gestacional; (ii) a


obtenção de novo emprego, a permanência ou não em situação de desemprego e a ausência de pedido de reintegração não afastam o direito à indenização substitutiva; e (iii) a condenação pode abranger todo o período compreendido entre a dispensa e o quinto mês após o parto, gerando significativo impacto financeiro ao empregador.

 <https://www.tst.jus.br/-/obtencao-de-novo-emprego-nao-afasta-direito-de-gestante-a-indenizacao>


## 7. Execução trabalhista: Descumprimento de acordo sobre plano de saúde autoriza conversão em perdas e danos

 A 8ª Câmara do TRT-15 manteve a conversão da obrigação de restabelecimento de plano de saúde em indenização por perdas e danos, diante do descumprimento de acordo pela empregadora. As partes haviam firmado acordo prevendo o restabelecimento do plano nas mesmas condições vigentes à época da rescisão pelo período de 12 meses; no entanto, a empregadora concedeu novo plano na modalidade individual, com cobertura distinta e imposição de carências, em desacordo com o pactuado.

 **RELEVÂNCIA:** Acordos trabalhistas que envolvam manutenção ou restabelecimento de plano de saúde devem especificar com precisão as condições: modalidade (coletivo/individual), operadora, coberturas, carências e vigência. O cumprimento como a substituição por plano de categoria inferior ou com carências é equiparado ao descumprimento total, gerando multa, reembolso integral de despesas e conversão da obrigação em indenização.

 <https://trt15.jus.br/noticia/2026/descumprimento-de-acordo-leva-conversao-de-obrigacao-sobre-plano-de-saude-na-execucao>

## 8. STF valida proibição da pesca profissional em trecho de rio para proteção ambiental

 O STF julgou constitucional a legislação estadual que proíbe a pesca profissional em trecho da bacia hidrográfica, incluindo seus lagos e afluentes. A Corte entendeu que os estados possuem competência legislativa concorrente para editar normas ambientais mais protetivas, desde que respeitadas as diretrizes gerais estabelecidas pela legislação federal. Também concluiu que a restrição à atividade pesqueira não viola a liberdade profissional, por se tratar de medida legítima e proporcional voltada à preservação dos recursos naturais.

◆ **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a possibilidade de Estados e Distrito Federal adotarem medidas ambientais mais rigorosas do que as previstas na legislação federal quando destinadas à proteção de ecossistemas locais.

🔗 [ADI 4.085](#)

### 9. TJ-SP afasta multa ambiental por ausência de prova de culpa do proprietário em incêndio

📄 O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) manteve a anulação de auto de infração ambiental aplicado a proprietário de terreno atingido por incêndio, argumentando que a legislação municipal exige a demonstração da conduta que deu causa ao dano ambiental, com a indicação de ação dolosa ou omissão do autuado. No caso, o auto de infração limitou-se a atribuir responsabilidade ao proprietário do imóvel, sem apontar qualquer comportamento que tivesse provocado ou contribuído para o incêndio.

◆ **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que a imposição de sanções administrativas ambientais depende da adequada demonstração da conduta infracional e do nexo entre a ação ou omissão do autuado e o dano ambiental.

🔗 [ApCiv 1006079-57.2025.8.26.0048](#)


### 10. TJ-SP determina paralisação parcial de obras após declaração de inconstitucionalidade de leis de zoneamento


📄 O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) deu parcial provimento a paralisação das obras de um empreendimento imobiliário, permitindo apenas a execução de medidas mitigatórias necessárias para evitar danos a imóveis vizinhos e facilitar eventual recuperação ambiental futura. Embora o Tribunal tenha reconhecido que ainda não havia prova suficiente de dano ambiental ou de irregularidades no licenciamento para justificar a paralisação total das atividades, considerou relevante o julgamento de ação direta de inconstitucionalidade que declarou inválidas leis municipais de zoneamento e uso do solo que fundamentavam a regularidade do empreendimento.

◆ **RELEVÂNCIA:** O entendimento reforça a aplicação do princípio da precaução em matéria ambiental e urbanística, especialmente quando a validade da legislação que ampara o empreendimento está sob questionamento judicial.

🔗 [2322880-05.2025.8.26.0000](#)


## 11. TJ-SP admite aplicação do Novo Código Florestal a TAC e suspende exigibilidade de multa ambiental


 A 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do TJ-SP julgou apelação em embargos à execução decorrentes de TAC firmado em 2011, no qual havia a obrigatoriedade da recuperação de áreas de APP e Reserva Legal. Os apelantes sustentavam a necessidade de aplicação imediata do Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), especialmente quanto às novas regras de cálculo e regularização ambiental via CAR e PRA. O Tribunal reconheceu que as obrigações ambientais devem ser reavaliadas conforme o regime jurídico vigente, permitindo a readequação do projeto de recuperação ambiental e a utilização dos novos instrumentos legais, como o CAR, além de suspender a exigibilidade da multa cominatória até a análise e eventual validação do novo plano pelo órgão ambiental competente.

 **RELEVÂNCIA:** O entendimento destaca que a atualização normativa pode impactar diretamente a extensão da obrigação de recomposição e a exigibilidade de multas, especialmente cominatória, que devem observar os novos parâmetros legais e técnicos, evitando penalizações desproporcionais diante de regime jurídico superveniente mais benéfico em certos aspectos.

 [ApCiv 1000898-30.2016.8.26.0553](#)


## 12. TJ-SP limita alcance de embargo ambiental em área consolidada devido a falta de prova precisa de intervenção em APP

 A 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do TJ-SP reverteu embargo total da área e a exigência de desocupação para apenas à proibição de novas intervenções até melhor apuração em instrução. O Tribunal verificou que a autuação era antiga (2001), referente a obra já concluída há décadas, e que não havia precisão técnica sobre quais partes da construção estariam dentro de APP. Diante da consolidação da situação e da falta de elementos atuais que justificassem medida tão restritiva, a Corte reduziu a tutela provisória apenas para impedir novas intervenções na área, afastando a desocupação e o embargo integral.

 **RELEVÂNCIA:** O precedente reforça que medidas cautelares ambientais devem observar proporcionalidade, atualidade do risco e precisão técnica da delimitação da área protegida, sendo inadequada a imposição de restrições amplas (como embargo total ou desocupação) quando a intervenção está consolidada no tempo e há incerteza sobre a efetiva extensão do dano ambiental.

 [2345456-89.2025.8.26.0000](#)


### 13. TRF-3 Nega crédito presumido de IPI a cooperativa

 A 6ª turma do Tribunal Regional Federal de São Paulo, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno de cooperativa sucroenergética, mantendo o entendimento de que cooperativas centralizadoras de vendas não podem se apropriar do crédito presumido de IPI previsto na Lei nº 9.363/1996. O tribunal entendeu que o benefício é restrito à empresa produtora e exportadora, devendo ser interpretado literalmente, nos termos do art. 111 do CTN, sendo inviável sua extensão à cooperativa, que constitui pessoa jurídica distinta dos cooperados produtores.

◆ **RELEVÂNCIA:** A decisão é relevante para o setor sucroenergético e para cooperativas agropecuárias em geral, pois consolida o entendimento de que o crédito presumido de IPI sobre exportações pertence aos cooperados produtores, e não à cooperativa centralizadora. Ainda reforça que benefícios fiscais não podem ser ampliados além das hipóteses expressamente previstas em lei.

 [0009897-62.2010.4.03.6182.pdf](#)


### 14. TRF-3 Mantém Proteção de Bem de Família Mesmo com Existência de Imóvel Rural


 A 6ª Turma do TRF da 3ª Região rejeitou, por unanimidade, os embargos de declaração opostos pela União em execução fiscal, mantendo a proteção do bem de família sobre imóvel urbano de duas produtoras rurais. A União alegava omissão do acórdão anterior, argumentando que a existência de outro imóvel rural, afastaria a impenhorabilidade. O tribunal entendeu que a residência habitual no imóvel urbano foi comprovada pelas embargantes e que cabia à União demonstrar dupla residência ou maior valor do bem rural. A união não conseguiu comprovar suas alegações.

◆ **RELEVÂNCIA:** A decisão é relevante para o setor rural, pois reafirma que o produtor rural pessoa física que comprova residência habitual em imóvel urbano pode ter esse bem protegido, mesmo possuindo imóvel rural. O entendimento também é importante para execuções fiscais contra produtores rurais, sinalizando que o simples fato de possuir propriedade rural não afasta a impenhorabilidade do imóvel residencial urbano, sendo ônus do Fisco demonstrar o contrário.

 [5000294-82.2023.4.03.6129](#)


### 15. Justiça federal mantém incidência de PIS/Cofins sobre receitas de CBIOS de usina de biocombustíveis


 A Justiça Federal entendeu que as receitas obtidas com a venda de Créditos de Descarbonização (CBIOS), ativos ambientais negociados por produtores de biocombustíveis para incentivar a redução das emissões de carbono, estão sujeitos à incidência de PIS e Cofins. Segundo a decisão, os créditos possuem natureza de receita operacional vinculada à atividade de produção de biocombustíveis, não se enquadrando como ativo intangível, ativo financeiro ou hipótese de isenção prevista na Lei nº 15.042/2024.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão é relevante para o setor rural, especialmente para o segmento sucroenergético e produtores de biocombustíveis participantes do RenovaBio (programa do Governo Federal – Redução de Carbono), confirmando a incidência de PIS e Cofins sobre as receitas com a comercialização de créditos de descarbonização. Vale ainda atenção ao fato de a decisão sinalizar uma tendência de equiparar receitas de ativos ambientais à receita operacional, o que pode influenciar futuros debates tributários envolvendo outros créditos ambientais negociados no agronegócio.

 [5001866-52.2026.4.03.6102](#)


### 16. TRF-3 Mantém impedimento de nova Transação Tributária após rescisão de parcelamento


 Trata-se de mandado de segurança em que a empresa buscava afastar o bloqueio para adesão à transação tributária, imposto em razão de rescisões anteriores de parcelamentos. Alegou nulidades nas rescisões por falta de notificação e pediu o afastamento da regra de impedimento de dois anos prevista na Lei nº 13.988/2020. O juízo entendeu que a regra de impedimento é legal e objetiva, que as notificações foram válidas pelo sistema eletrônico “Regularize” e que não cabe ao Judiciário afastar critérios da política de transação tributária. Assim, concluiu pela inexistência de direito líquido e certo e denegou a segurança.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a validade da “quarentena” de dois anos para novo parcelamento de transação após rescisão e confirma a legitimidade das notificações eletrônicas da PGFN. Também consolida o entendimento de que o Judiciário não deve flexibilizar regras legais da transação tributária sem ilegalidade comprovada.

 [5012046-36.2026.4.03.6100](#)

## 17. TIT/SP mantém ICMS sobre perdas de açúcar e álcool no transporte para exportação

 A Câmara Superior do TIT/SP manteve a cobrança de ICMS sobre as chamadas “quebras técnicas”, perdas de peso e volume de açúcar e álcool ocorridas durante o transporte e a armazenagem até o porto, em operações de exportação realizadas por cooperativa sucroenergética. O contribuinte apresentou uma decisão anterior em caso semelhante para tentar demonstrar divergência jurisprudencial e evitar entendimento contrário, porém o Recurso Especial não foi conhecido, por ausência de comprovação válida de divergência entre decisões.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão é relevante por confirmar a manutenção da incidência de ICMS sobre perdas técnicas em operações de exportação no setor sucroenergético, o que impacta diretamente a formação da base tributária nessas cadeias logísticas. Além disso, reforça o rigor do TIT/SP quanto à exigência de demonstração efetiva de divergência jurisprudencial para admissibilidade de recursos, elevando o padrão probatório para discussão de precedentes administrativos.

 [Processo nº 5049690-6.pdf](#)

*Este boletim tem caráter informativo e não substitui a análise jurídica específica de casos concretos.*